

A COVID - 19 NO TERRITÓRIO DAS MULHERES PREFEITAS

Cyntia Brasileiro¹

UERN

Terezinha Albuquerque²

UERN

José Silvan Borborema³

UERJ

Resumo

Este artigo objetiva discutir sobre a incidência do novo coronavírus na gestão das mulheres prefeitas do Nordeste do Brasil, na perspectiva de traçar um panorama sobre como a pandemia se apresenta nestas gestões. Trabalhos de Brollo & Troiano (2012) e Grossi & Miguel (2001) apontam para o desempenho das mulheres enquanto gestoras, principalmente na área da saúde pública, o que nos faz questionar: As gestoras municipais brasileiras conseguiram, em suas estratégias, diminuir o número de contágio e morte? Neste sentido, buscamos introduzir uma discussão a respeito das mulheres em cargos públicos (CARVALHO & YASUDA, 2017, DAHLERUP & FREINDEVALL, 2010; PRÁ, 2013; VIOTTI, 1995) e, a partir disso (1) Mapear o panorama nordestino, destacando onde há incidência de casos em gestão de prefeitas; (2) Identificar estados com maior predomínio no número de casos com óbitos nos municípios gestados por mulheres e (3) Destacar o município onde ocorre a maior incidência da Covid-19. Trata-se de uma pesquisa exploratória e quantitativa, cujas metodologias para a produção foram: dados da Covid-19 retirados dos boletins diários do Ministério da Saúde, casos confirmados e mortes nos municípios nordestinos até 17 de maio, avaliando dois meses depois do primeiro óbito. Com a tabulação e cruzamento de dados, podemos visualizar que a incidência de casos e mortes no recorte proposto são relativamente baixos. A pesquisa se justifica visando compreender fenômenos que são particulares e que geram impactos sociais, assim como defender a inclusão de mais mulheres em cargos de chefia na política.

Palavras-Chave: Prefeitas. Coronavírus. Pandemia. Nordeste.

¹ Email: cyntiabbrasileiro@gmail.com

² Email: terezinhacabral@uern.br

³ Email: silvan.borboremaa@gmail.com

Abstract

This article aims to discuss the incidence of the new coronavirus in the management of women mayors of the Northeast of Brazil, in the perspective of tracing a panorama on how the pandemic presents itself in these managements. Works by Brollo & Troiano (2012) and Grossi & Miguel (2001); point out the performance of women as managers, especially in the area of public health, which makes us question: The Brazilian municipal managers managed, in their strategies, to reduce the number of contagion and death? In this sense, we seek to introduce a discussion about women in public positions (CARVALHO & YASUDA, 2017, DAHLERUP & FREINDEVALL, 2010; PRÁ, 2013; VIOTTI, 1995) and, from that (1) Map the northeastern panorama, highlighting where there is incidence of cases in mayors' management; (2) Identify states with greater predominance in the number of cases with deaths in municipalities managed by women and (3) Highlight the municipality where the highest incidence of Covid-19 occurs. This is an exploratory and quantitative survey, whose methodologies for production were: data from Covid-19 taken from the daily bulletins of the Ministry of Health, confirmed cases and deaths in northeastern municipalities until May 17, evaluating two months after the first death. With the tabulation and crossing of data, we can see that the incidence of cases and deaths in the proposed cutout are relatively low. The research is justified to understand phenomena that are particular and that generate social impacts, as well as to defend the inclusion of more women in leading positions in politics.

Keywords: Mayor. Coronavirus. Pandemic. Northeast.

Introdução

Nas últimas eleições brasileiras, verificou-se um crescimento no número de candidaturas e de vitórias femininas seja no âmbito do executivo ou legislativo. Isso porque no ano de 1995, foi debatida e criada uma legislação acerca de cotas eleitorais, sem que se delimitasse o percentual. Somente em 1997, com a Lei nº 9.504 ficou estabelecido este valor: o mínimo de 30% e máximo de 70% de cada partido ou coligação para as candidaturas de cada sexo.

Pensar as mulheres em cargos de poder ainda é uma realidade que não faz

parte do cotidiano político, objeto de pesquisa de muitos trabalhos (CARVALHO & YASUDA, 2017, DAHLERUP & FREINDEVALL, 2010; PRÁ, 2013; VIOTTI, 1995) a sub-representação e os entraves para a chegada das mulheres em cargos abriu espaço de discussão para um conjunto de hipóteses a respeito da temática.

No que diz respeito ao desempenho das mulheres ao assumirem postos importantes no âmbito político, seu papel de liderança, compreender quais agendas elas defendem, as medidas e indicadores sociais que se podem depreender nestas gestões, despertam o interesse acadêmico. Brollo; Troiano (2012) e Grossi; Miguel (2001) já desenharam pesquisas nessas perspectivas, indicando o predomínio e desempenho das mulheres enquanto gestoras, principalmente na área da saúde pública, por exemplo.

Uma pandemia internacional ocasionada pelo coronavírus (Covid-19) faz o tema ganhar uma proeminência, tendo em vista o cenário desafiador para qualquer gestor mundial. A mídia noticiou no mês de abril (COX, 2020) que alguns dos países que obtiveram melhor controle da pandemia são administrados por mulheres. Em outras palavras, Alemanha, Nova Zelândia, Finlândia, Taiwan, Islândia, Noruega e Dinamarca têm como líderes, mulheres que conseguiram administrar melhor a chegada do vírus em seus territórios. Entre as medidas destacam-se a testagem em massa, embasamento científico e o isolamento social antecipado e radical.

Frente a esta discussão, o artigo tem como principal indagação: As gestoras municipais do Nordeste conseguiram, em suas estratégias, conter melhor o número de contágio e morte? Para tanto, discutimos sobre a incidência do novo coronavírus a partir dos seguintes objetivos: (1) Mapear o cenário nordestino, destacando onde há incidência de casos em gestão de prefeitas; (2) Identificar estados com maior predomínio no número de casos com óbitos nos municípios gestados por mulheres e (3) Destacar o município onde ocorre o maior incidência da Covid-19 para o recorte temporal delineado para esta pesquisa.

É importante deixar claro a imprevisibilidade do objeto de estudo proposto, uma vez que o presente trabalho está sendo escrito em concomitância à pandemia que convive com a subnotificação e que diariamente tem seus dados alterados. Isso quer dizer que trabalhos com inferências mais precisas deverão ser realizados em um cenário mais oportuno.

O procedimento metodológico optado na pesquisa foram os dados de casos

confirmados e mortes de Covid-19, retirados dos Boletins oficiais das Secretarias Estaduais de Saúde nos municípios brasileiros⁴ até 17 de maio, dois meses depois da primeira morte noticiada no país, e cruzar as informações com as gestoras municipais eleitas em 2016⁵.

Existe uma narrativa do senso comum que devido ao gênero as mulheres são mais sensíveis à determinadas áreas em detrimento dos homens. Por exemplo, a maternidade habilitaria as mulheres a um maior cuidado e atenção na área social. Na própria cultura política brasileira observamos que a função destinada à primeira-dama converge para esse discurso. Assim como, o debate sobre o seu perfil de liderança, porém ainda pouco se sabe sobre a atenção das gestoras para certas áreas no âmbito das políticas públicas.

Pensar os desafios de uma pandemia requer muito mais que “sensibilidade”. Demanda gerenciamento de crise frente a um inimigo invisível, cujas ações e omissões recaem em alto grau de responsabilidade. E ao que parece, as mulheres líderes de países importantes conseguiram resultados significativos frente a outras nações. Desse modo, compreender em que medidas ações propostas por estas no combate à pandemia foram assertivas na contabilização de casos e óbitos justifica a nossa contribuição e análise.

Mulheres e políticas: leis e representações de mulheres no campo político institucional

A presença de mulheres em órgãos institucionais tem sido intensamente analisada por um conjunto de autores em todo o contexto mundial (MIGUEL, 2014; SACHET, 2013; SPOHR, 2016) e o epicentro destas análises convergem para o entendimento de que há ainda uma forte sub-representação das mulheres em cargos eletivos. Um desafio que se põe sobre as democracias, sejam elas novas ou consolidadas, é a garantia de que as mulheres estejam presentes, não apenas enquanto eleitoras, mas ocupando cargos.

Muitos são os gargalos que caminham para a sub-representatividade: Nos discursos que favorecem às mulheres é muito bem apropriado nas falas de líderes e membros de partidos a importância da mesma, isso ocorre muitas vezes de maneira

⁴ Dados disponíveis na plataforma: <https://brasil.io/home/> Acesso em 03 de maio de 2020.

⁵ Foi considerado também as eleições suplementares até o primeiro semestre de 2020.

estratégica, mas esvaziados de seu sentido real. Na contramão das falas, a resistência dos partidos em apoiar candidaturas femininas é gritante, mesmo com as cotas, o que legitima muitas vezes uma lógica sexista.

A mulher que ocupa o cargo político, ocupa antes de tudo um vazio em sua vivência emocional. Dela, sempre é pedido mais. Mais conhecimento, mais capacidade, mais resultados. Nos relatos colhidos no Seminário de Mulheres na Política, Grossi e Miguel (2001, p. 182) narram com exatidão essa modulação de papéis:

Os homens quando estão num cargo de poder têm a primeira-dama, uma companheira obrigatória para as atividades da política. Inclusive, se o homem político não tiver a mulher ele corre riscos na sua imagem. E essa companheira, necessariamente, num modelo tradicional, ajuda o marido a fazer política. E, não só faz coisas concretas, mas sobretudo alivia-lhe a tensão e o sofrimento que o lugar do poder carrega. E é isso que parece faltar às mulheres que estão no poder, pois muitas delas falaram sobre a ausência do companheiro, deste homem que elas gostariam que fosse um ombro amigo e solidário com a dor e a solidão do poder. [...] Os homens, que estão ao lado das mulheres políticas, não foram treinados para suportar esse peso. As mulheres então continuam suportando o peso dos outros, dos homens, dos filhos etc., e o seu próprio peso, o que resulta, muitas vezes em separação conjugal.

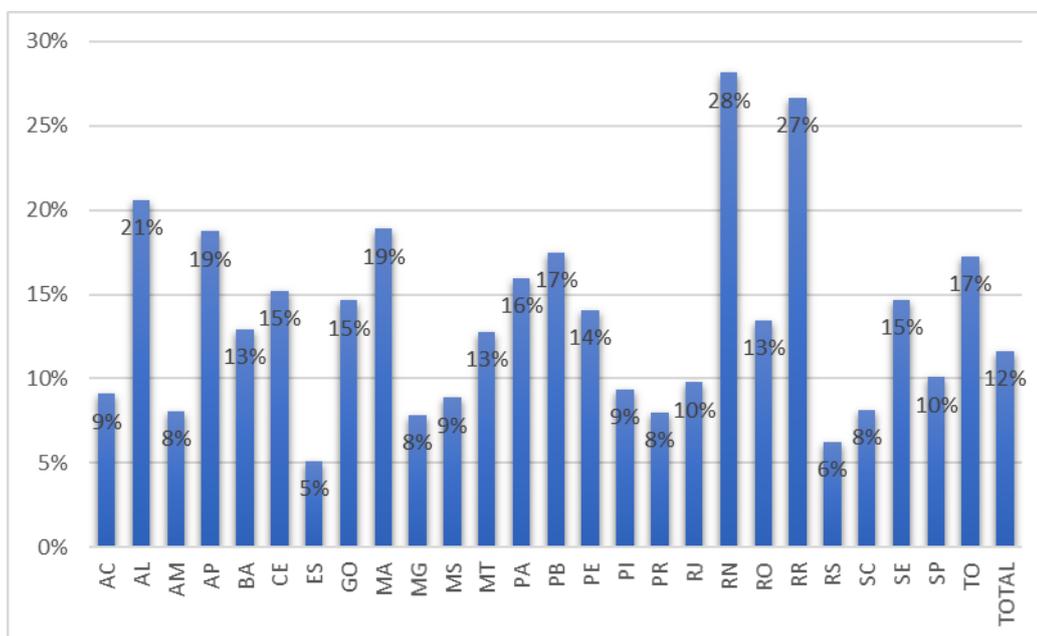
Almeida (2019) chama atenção para a existência de um *ethos* que ajuda as mulheres a transferirem práticas do espaço da casa para construir um imagético que as auxilie em suas gestões no espaço público. A autora afirma que este *ethos* é construído de várias maneiras: em gestuais, maneiras de se vestir, de se colocar, de falar. Muitas vezes, elas também incorporam comportamentos que seriam esperados dos homens: “autocontrole”, “frieza”, “parcimônia”, mas é comum a referência destas como a “mulher boa”, “guerreira”, “gestora do lar”, “sensíveis”, qualidades reforçadas para projetar-se.

Grossi e Miguel, (2001, p. 178) colhem um conjunto de depoimentos onde as mulheres candidatas comungam do sentimento de que “a participação das mulheres na política, em muitas das falas vem associada ao reconhecimento de um valor ético, intrínseco às mulheres”. Alinhada à esta concepção, retomamos os estudos dos casos brasileiros (BROLLO & TROIANO, 2012; BROLLO & TROIANO, 2016;

ALZIRAS⁶ 2018) ao propor análises em que a mulher é vista como uma força positiva no sistema político, as autoras olham mais especificamente para os pleitos municipais. Consideram estes, as bases que sustentam as carreiras políticas de muitas mulheres.

Neste sentido, também enfatizamos o recorte deste exercício, é olhando para os pleitos municipais que podemos falar de experiências exitosas e que se alinham às propostas de igualdade de oportunidades para homens e mulheres em cargos políticos. Analisamos à luz destas perspectivas o panorama nacional:

Gráfico 01-Representação feminina executivo municipal por estado, 2016



Fonte: TSE, 2016. Elaborado pelos autores, 2020.

O gráfico de representação feminina tem evidenciado uma participação crescente, ainda que tímida, de mulheres em cargos executivos desde a promulgação das cotas e sua redefinição com o artigo 10, parágrafo 3º da Lei 9504/97 (BRASIL, 1997), que aumenta de 20% para mínimo de 30% e máximo de 70% o preenchimento de vagas para candidaturas de cada sexo. Temos atualmente 12% das mulheres assumindo prefeituras, um quantitativo de 649 prefeitas para 5570 municípios, destes apenas uma governa numa capital, que é Boa Vista (RR) evidenciando um longo caminho a ser percorrido para o que podemos pensar ser

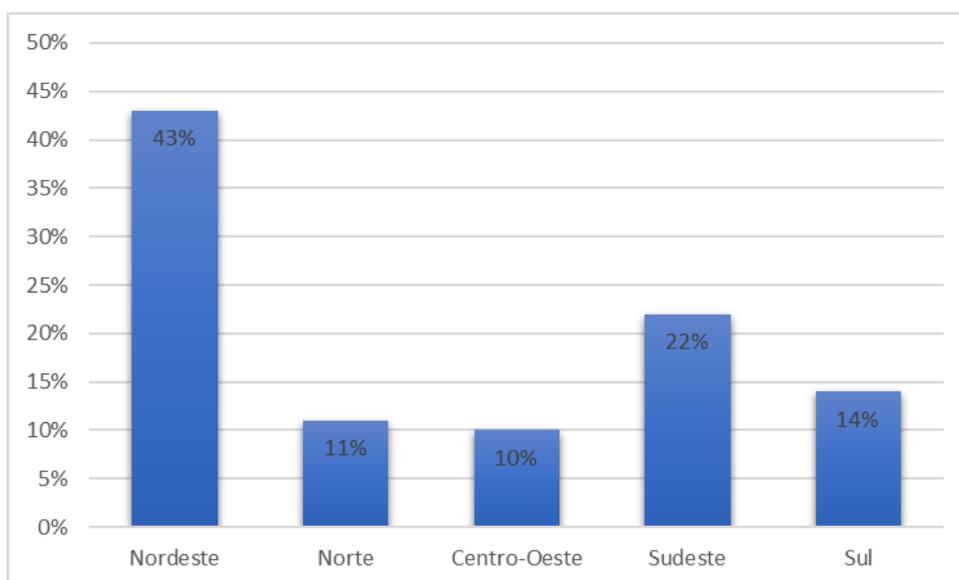
⁶ Estudo Realizado pelo Instituto Alziras (2018) propõe um levantamento sobre as gestões municipais lideradas por mulheres, seus perfis e trajetórias. Disponível: <https://www.alziras.org.br/> Acesso em: 24 de abril.2020.

uma participação substancialmente democrática.

Os dados publicados pelo Instituto Alziras (2018) indicam que a baixa participação das mulheres condiz com as mesmas dificuldades de exercer funções que podem e tendem a desempenhar em outros campos. Alguns pontos devem ser avaliados com cuidado nos perfis: a questão da desigualdade racial tende a se verificar também no cenário político, com a hegemonia de candidatas brancas ocupando cargos. Entretanto, as mulheres pretas e pardas tendem a aparecer de maneira mais forte nas regiões Norte e Nordeste. Outro indicador social importante coletado na pesquisa do Instituto é a escolaridade: 71% das mulheres afirmam terminar o superior completo, este “contrasta com o percentual geral da população brasileira do sexo feminino com esse nível de escolaridade, que é de apenas 12%, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, enquanto que, para os homens, é de 9,9”. (ALZIRAS, 2018, p.31).

Este dado aparece de maneira compensatória, considerando que o percentual de pessoas que adentra ao ensino superior no país ainda é muito baixo, e que muitas vezes também é esta “elite” que consegue acessar o campo político. No caso das mulheres, a hipótese da hiperqualificação testada pelos autores Miguel e Queiroz (2006, p. 380) afirma que “para se candidatarem, as mulheres já precisam apresentar um diferencial de instrução em relação aos homens; para se elegerem, tal diferencial deve ser ainda maior. Isso é constatado em todas as eleições e em todas as regiões, sem exceção”.

Tomando como parâmetro as unidades da federação, partimos para análises mais particulares, observando esta representação por estados.

Gráfico 02 - Representação feminina por região do Brasil

Fonte: TSE, 2016. Elaborado pelos autores, 2020.

O Nordeste aparece como uma presença feminina aglutinadora nos cargos de prefeitas, seguida da região Sudeste. Esta pesquisa não associou às candidaturas as redes de parentesco, mas considera-se importante ressaltar que a ideia de oligarquias no Nordeste ainda é muito presente na literatura, como uma maneira de sinalizar “atrasos” diante de um aparelho que se quer racional e burocrático.

Estudos mais recentes (OLIVEIRA, 2012; MONTEIRO, 2016) comprovam que este não é um traço de uma região, mas de todo o país. A presença de famílias no poder é sinalizada nos estudos genealógicos destes autores, evidenciando que em meio as mudanças e modernização do campo político, as famílias se mantiveram no poder, ocupando o máximo de instituições: “Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações”. (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

As mulheres não fogem a este contexto, especialmente nesta lógica partidária excludente, acessam à política, em muitos casos, sem um capital político construído (exceto quando são oriundas de militâncias, lideranças comunitárias), a maioria não tem experiência e quando inseridas por meio da lógica familiar representam formas tradicionais de sociabilidades.

Vimos alguns dos fatores que fazem as mulheres atravessarem os entraves na ocupação dos cargos, o que as fazem vitoriosas, sustentando a modulação de um

conjunto de representações positivas para referi-las enquanto boas gestoras. Ainda usando como subsídio o relatório do Instituto Alziras (2018), afirmou-se a importância de compreender as diversas fontes de capitais político que compõem as trajetórias vitoriosas das prefeitas.

Uma variável analisada na pesquisa supracitada é a presença destas mulheres em cargos públicos (eletivos ou de confiança) em suas trajetórias e áreas de atuação, observa-se que,

com relação às áreas temáticas dos cargos de confiança ocupados pelas Prefeitas, dentre as 26 áreas mencionadas, destacam-se a assistência social (27%), a educação (20%) e a saúde (18%). A quarta posição na escala, em proporção bem menor, foi a assessoria parlamentar em diferentes esferas de governo (5%), seguida de finanças (3%), assessoria jurídica (2%) e assuntos administrativos (2%). As outras 19 áreas temáticas foram somadas por serem menores ou iguais a 1%. (ALZIRAS, 2018, p.61).

Novellino e Toledo (2018, p.76) apontam que há um capital político acumulado pelos candidatos, a medida que estes vão construindo elementos para serem valorizados na carreira política, um exemplo disso é o grau de instrução e a carreira escolhida. Na análise dos dados, fortalece a tese de que as mulheres prefeitas, nos últimos anos, têm se destacado mais do que os homens e alcançam mais o grau máximo de instrução. As escolhas dos seus cursos e a ocupação de cargos não eletivos apontam para caminhos de análises: “[...] verificamos que elas se concentravam em carreiras tipicamente femininas, de menor prestígio e remuneração, o que evidencia a reprodução da segregação ocupacional de gênero no campo político.”.

Pode-se afirmar que gera uma representação ambígua. Por um lado, pensa-se as mulheres ainda muito prisioneiras de estereótipos, reproduzindo modelos de segregação tradicionais que formalizam e engessam o que é papel do homem e da mulher. Por outro, constrói-se uma representação de que mulheres estariam mais propensas a um determinado “*savoir-faire*” que as privilegia em determinadas agendas, como áreas associadas ao cuidados, tais como: saúde, educação e assistência.

Para efeito de análise no Brasil, Brollo e Troiano (2012) afirmam que gestores municipais demonstram maior inclinação e esforço para representar

melhor seus círculos eleitorais, desse modo “os administradores municipais tornam-se cada vez mais responsáveis por ofertar parcela relevante de serviços públicos relacionados à educação, saúde e infraestrutura. (BROLLO&TROIANO, 2012, p. 5, *tradução nossa*).

Os autores em estudo subsequente reforçam este aspecto positivo especialmente na administração de mulheres, transparecendo que o que para muitos aparece como limitações, para elas pode ser visto como vantagem. A presença de mulheres incide positivamente nas políticas públicas: “a grande maioria das evidências de outros países apoia a visão de que as mulheres políticas fazem um trabalho melhor do que o masculino fornecendo bens públicos”. (BROLLO&TROIANO, 2016, p. 29, *tradução nossa*).

Estas pesquisas (BROLLO&TROIANO, 2012; 2016) comprovam também que no Brasil, estas têm mais forte atuação na atração de financiamentos discricionários. Tomam como recorte o Sistema de Saúde no Brasil (SUS), observando com os resultados que, nos ambientes onde as mulheres exercem a chefia, a assistência na área da saúde é mais eficaz. Outra análise, diz respeito à prioridade que os gêneros tenderiam a dar considerando a diferença de pautas quando se trata de representar o interesse das outras pessoas.

É certo que a chegada de mulheres ao poder institucional é fortemente marcada por dificuldades, uma delas é compreender este conjunto de representações que extrapolam à dinâmica eleitoral e que se tornam imprescindíveis para fortalecer gestões femininas que se consolidam. Reforça-se assim, o entendimento de que mais do que compreender se a gestão é de mulher na política, é preciso adentrar nas circunstâncias em que os valores e crenças estão assentados na gestão destas mulheres, as questões econômicas, as políticas públicas e sociais, entre outros fatores.

Mulheres prefeitas e o enfrentamento do coronavírus

O cenário de enfrentamento de uma pandemia mundial vem sendo marcado por rivalidades geopolíticas, desenvolvimentos geográficos desiguais (no tempo e no espaço), instituições financeiras, políticas estatais, reconfigurações tecnológicas e relações em rede, seja sociais e de trabalho, que operam em constantes

mudanças. (HARVEY, 2020).

Os primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus SARS-Cov-2 foram noticiados na China, mais especificamente na cidade de Wuhan, no final de 2019. A doença apareceu no início como um problema localizado, no entanto, sua proliferação espacial pela Ásia e pela Europa, posteriormente, se deu com dados alarmantes de contaminação em países como Itália, Espanha, França, Alemanha, sinalizando uma ameaça concreta de mudança drástica nas formas como pessoas, mercadorias e informações circulam e se reproduzem no espaço. O vírus mostrava que os desafios seriam inúmeros, frente principalmente a um “inimigo” desconhecido.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia mundial pela Covid-19. Os diferentes governos do mundo tiveram que adotar medidas enérgicas nos seus sistemas econômicos e políticos a fim de retardar o contágio em massa de suas populações, evitando assim, o colapso de seus sistemas de saúde. No momento em que escrevemos esse artigo são mais de 6,054.187 milhões⁷ de casos confirmados e 368.111 mil mortes pelo mundo.

À vista disso, pudemos observar que a principal medida de contenção na proliferação do contágio adotada pela maioria dos países do mundo foram: o fechamento de fronteiras, o isolamento social e em alguns casos o *lockdown*, atitudes que afetaram diretamente as relações sociais. Estas orientações caminham na contramão do que necessita a economia para fluir com o vigor.

Logo, os reflexos na economia mundial foram sentidos com a diminuição da circulação de pessoas e mercadorias, colocou-se em cheque o modelo atual do capitalismo financeiro e dividiu opiniões entre os líderes mundiais, a exemplo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o presidente brasileiro Jair Bolsonaro (Sem Partido). Estes líderes optaram por usar da retórica minimizadora da crise mundial que a Covid-19 representa nos diversos setores da vida no mundo, relegando às vidas das pessoas a um sentido secundário.

Na contramão destes líderes americanos, vimos despontar na mídia, exemplos de nações chefiadas por mulheres, obterem bastante sucesso no enfrentamento da pandemia, com políticas que priorizaram o isolamento social precoce, testagem em massa da população, rastreamento das infecções,

⁷ Dados de casos e mortes correspondentes ao dia 30 de maio de 2020.

orientações científicas, entre outras, e concomitante a isso, assegurando ajuda financeira às empresas e à população.

O Estado em uma pandemia foi instado a sair da posição minimalista em que se encontrou durante mais de quatro décadas, sendo convocado a atuar de forma decisiva e planejada no auxílio de recuperação econômica do mercado e, no que concerne aos serviços básicos públicos, como a saúde.

A maioria dos países que sentiu os impactos da pandemia teve a atuação maximizada do Estado (a mão visível do Estado) e é nos países em que essas ações foram equilibradas entre auxílio ao setor privado e aos serviços públicos, que vimos maiores sucesso, a exemplo da Alemanha, Nova Zelândia, Taiwan, Finlândia, Islândia, Noruega e Dinamarca. Vale a pena ressaltar que estes países possuem economias fortes, com um sistema de saúde e social bem estruturado, o que lhes conferem altos índices de indicação de desenvolvimento humano.

Alinhada à esta perspectiva de contenção da Covid-19, Uchoa (2020) considera que as trajetórias sociais das mulheres podem contribuir nas diferentes condutas de lideranças, com políticas mais empáticas, colaborativas, de valorização de estudos científicos, diferentemente da postura de outros chefes de Estado. No momento em que finalizamos este artigo temos alguns destes países fazendo a reabertura de fronteiras, lojas, escolas e creches, a exemplo da Finlândia e Alemanha, depois de um rígido período de isolamento (O GLOBO, 2020).

No Brasil, as políticas de enfrentamento da crise tiveram sérias resistências por parte do presidente como mencionado anteriormente. O mesmo utilizou de um discurso negacionista ou minimizador da crise e por isso, causou grandes controvérsias de aplicação das ações necessárias entre ele, os governadores e prefeitos. Espera-se que no enfrentamento da pandemia a saúde seja priorizada por políticas integradas e articuladas pelos entes federativos, numa gestão cooperativa. No entanto, o que se vivencia no país é um *stress* institucional, social e econômico.

A proposta de uma rede regionalizada foi pensada como forma de possibilitar a distribuição dos estabelecimentos de saúde de maneira parcimoniosa, de modo que os serviços básicos (disseminados e descentralizados) e os serviços especializados (concentrados e centralizados) possam gerar eficácia no atendimento. (PAIM, 2015).

O SUS, centralizado no princípio da hierarquização das ações e serviços por níveis de complexidade atravessa com a Covid-19 um grande desafio: a necessidade de alguns pacientes infectados necessitarem respiradores, insumos hospitalares, recursos humanos e leitos de UTI, elementos que no desenho proposto pelo SUS estariam concentrados em sua grande maioria nas capitais e centros regionais.

Com estas demandas, ficou evidente que os impasses entre os entes federativos maximizaram problemas já presentes no país como papel dos gestores públicos em impulsionar a eficiência, eficácia e efetividade no âmbito da saúde; as desigualdades sociais; a desinformação dos usuários e também sobre quem gerencia a política.

Segundo Paim (2015) todo o sistema de saúde no mundo tem problemas. Não existe perfeição, prova disso foi o colapso que o vírus causou em vários sistemas de saúde do mundo: Reino Unido, Itália, França, Espanha, Estados Unidos entre outros. Porém esforços para tornar a saúde mais “preparada” para os seus cidadãos teve particularidades. Como não disponibilizamos de medicamentos para a Covid-19 as orientações científicas estão na testagem em massa e isolamento social.

Mello-Théry e Théry (2020, p. 6) evidenciam as políticas incisivas do governo brasileiro que se aproximaram mais do capital privado e se distanciaram dos trabalhadores, prolongando o tempo de resposta efetivo no enfrentamento da pandemia:

O Governo Federal tem [...] insistido que todos setores econômicos continuem a produzir, propôs redução e corte de salário dos mais vulneráveis e, do valor orçamentário destinado a atender a crise, apenas 6% se destinam à população. Enquanto isso, o número de contaminados aumenta dia a dia e sobrecarrega o sistema de saúde.

Diante desse cenário, fica evidente que as orientações políticas brasileiras estão na contramão das medidas adotadas pelo restante do mundo, retardando a aplicação de ações eficazes contra a doença, e assim resultando no aprofundamento da pandemia, com sua proliferação cada vez mais rápida pelo território nacional. Ou seja, dificuldades na gestão causadas pela dimensão política da indiferença potencializa a tragédia no país com 498.440 mil casos e 28.834 (BRASIL, 2020) mortes até o presente momento⁸.

⁸ Dados contabilizados para o dia 30 de maio de 2020.

Para efeito desta pesquisa, na tabela 01 descrevemos o panorama do Nordeste brasileiro e observamos que tínhamos 7.869 casos, isso contando um mês depois da primeira morte registrada no país, com dois meses os valores saltaram para 82.306 o que correspondeu à um aumento de 945%. Os estados que chamam atenção tanto pelo número de casos e mortes é o Ceará chegando a 24.255 casos e 1641 óbitos com o crescimento nos dois meses de 783% e 959% respectivamente e Pernambuco com 19452 no número de casos, aumento de 870% e 1516 de óbitos correspondendo a 715%. O Ceará, desde a contagem pelo Ministério da Saúde vem ocupando, até o momento de construção do trabalho, a terceira posição no país, no número de infectados⁹.

Tabela 01: Relação de número de casos e óbitos por Covid-19 no Nordeste Brasileiro

Estados	Casos Covid 19/ 1° mês	Casos Covid 19 /2° mês	Crescimento Casos	Óbitos Covid 19 /1° mês	Óbitos Covid 19 /2° mês	Crescimento Óbitos
AL	110	3816	3369%	7	210	2900%
BA	1064	8443	693%	36	295	719%
CE	2747	24255	782%	155	1641	958%
MA	1040	13238	1172%	44	576	1209%
PB	205	4347	2020%	28	194	592%
PE	2006	19452	870%	186	1516	715%
PI	123	2287	1760%	9	80	788%
RN	516	3125	505%	24	136	466%
SE	58	3343	5663%	4	57	1325%
Total	7869	82306	945%	493	4705	854%

Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Elaborado pelos autores, 2020.

Diante do exposto, percebe-se que todos os estados do Nordeste contabilizaram crescimento na contaminação e em óbitos. Além do Ceará e Pernambuco, estados como Bahia e Maranhão também têm apresentado crescimento no número de infectados, bem como de mortes pela Covid-19. Trazendo dados mais recentes¹⁰, a evolução se concretiza quando no Nordeste percebemos para o momento que este artigo está sendo escrito, um total de 171.216 casos e 8.648 mortes se disseminando para 698 municípios e ainda em situação problemática os mesmos estados Ceará e Pernambuco, o que demonstra a evolução rápida dos dados e os desafios de se debruçar sobre eles, por isso da

⁹ Dados para 30 de maio de 2020.

¹⁰ Dados do Ministério da Saúde para o dia 30 de maio de 2020.

necessidade de traçar um recorte simbólico de dois meses do primeiro óbito no país.

Quando os dados são descortinados para os municípios, muitos se perguntaram sobre como seria a chegada da Covid-19 sabendo que as políticas públicas desenhadas pelos governos federal e estadual possuem atuações diferenciadas nestes espaços. Historicamente os municípios da região Nordeste são empobrecidos e amargam os piores indicadores sociais, acendendo o alerta vermelho: se os países com os melhores sistemas de saúde no mundo passaram pela pandemia sem deixar rastros de mortes e caos, o que dizer dos municípios nordestinos, sem UTI e profissionais suficientes para atender os possíveis doentes?

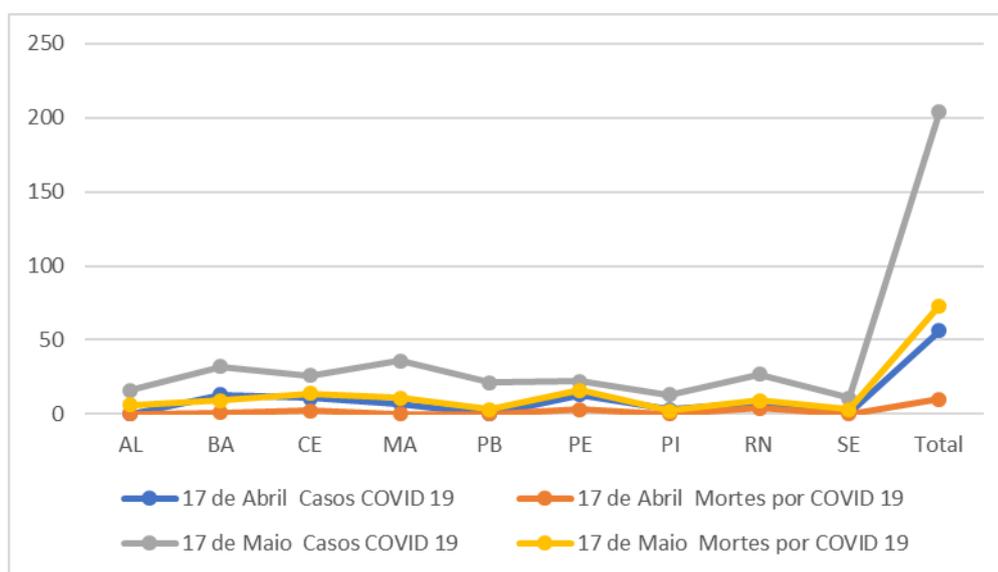
Dados¹¹ do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) sinalizam 34.318 leitos de UTI (SUS e Privado) tendo grande parte dos equipamentos e insumos de saúde concentrados em grandes centros urbanos, os municípios tornam-se alvo fáceis para o caos, no Nordeste o valor corresponde a 6.980, equivalente a 20,3% dos leitos totais do Brasil.

Como as gestoras mulheres tiveram um diferencial no enfrentamento da Covid-19 em alguns países do mundo, a nossa proposta é verificar os dados do vírus nos municípios administrados por prefeitas, porque além de observar enquanto atores institucionais, é de conhecimento que as mesmas são poucas e governam os municípios menores e mais pobres do país (ALZIRAS, 2018).

Nos municípios administrados por mulheres o vírus também chegou, assim como aconteceu na maioria dos governos locais brasileiros. O Nordeste possui 288 municípios com gestoras mulheres, para a primeira contagem, 56 deles tiveram casos confirmados e 10 óbitos, já para o mês seguinte saltou para 204 municípios com casos e 73 com, pelo menos, um óbito registrado. Possuindo a Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte com destaques para municípios com notificações de casos, Pernambuco e Ceará com mortes.

¹¹ Dados contabilizados para o dia 30 de maio de 2020.

Gráfico 03 - Quantidade de municípios administrados por mulheres com casos e mortes por Covid-19



Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Elaborado pelos autores, 2020.

Olhando para o gráfico não podemos afirmar se este quantitativo simboliza o fato de que nas gestões de mulheres tem incidências menores da Covid-19 se comparado aos demais municípios, porque a predominância de homens é ainda muito maior, o que deixa uma margem de análise pouco representativa para uma comparação. Entretanto, problematizando a Covid-19 no universo estudado, os dados mostram que o número de ocorrência para casos e óbitos nos municípios de gestoras são relativamente baixos. Das localidades gerenciadas por mulheres, 50 delas obtém apenas uma ocorrência nos casos.

Um olhar sobre outro recorte, 62% dos municípios registraram no máximo 9 casos. Quando observamos os óbitos, 53% possuem o registro de apenas uma única morte. Não ocorreu um impacto, porém, não podemos desconsiderar a evolução do total de casos ao longo dos dois meses, o que se pode delinear é uma tendência progressiva de aumento de número de casos, que acompanhou como um todo o cenário brasileiro.

Não estamos minimizando os registros, até porque são vidas sendo perdidas. Porém não podemos deixar de evidenciar como o vírus vem chegando de forma mais abrupta em outras localidades como noticiado diariamente pelos meios de comunicação. (LIMA; CARDIM, 2020b). Até porque, dados recentes vem acompanhando a interiorização da pandemia no país. Em 28 de março eram 297 cidades com registros, dois meses depois o número subiu para 3.936 municípios

com casos, o que correspondeu a um crescimento que representou 1.225%, cuja grande maioria está a quilômetros de uma UTI. (LIMA; CARDIM, 2020a).

É importante analisar que o vírus não possui preferências climáticas, territoriais, econômicas, gênero¹², etc. É de fato desafiador o enfrentamento num contexto alicerçado na desigualdade, como é o Nordeste brasileiro, cujas agendas econômicas estavam mais preocupadas com a produção crescente e em garantir a reprodução do capital, em detrimento da qualidade de bem estar social das diferentes populações.

Os nove estados do Nordeste vêm atuando em diversas frentes de ações colaborativas através do Consórcio dos estados do Nordeste¹³. Não diferentemente no enfrentamento da pandemia, têm como suporte as orientações do Comitê Científico de Combate ao Coronavírus, coordenado pelo neurocientista Miguel Nicolelis e o ex Ministro de Ciência e Tecnologia Sergio Rezende, cujas principais orientações foram os decretos estaduais com medidas de prevenção à Covid-19.

As determinações adotadas pelos estados geraram debates de maneira ampliada nacionalmente¹⁴ entre o governo federal e os municípios. Esperava-se entre os entes federativos a cooperação, contudo o que se verificou na prática foi o não cumprimento dos decretos para o enfrentamento em algumas localidades, sendo noticiado que em nada modificou o cotidiano destas, resultando na perda de credibilidade e ineficiência nas ações desencadeadas pelos estados.

Sergipe, Piauí, Alagoas e Paraíba têm nas suas gestões femininas menores ocorrências do vírus, com números consideráveis baixos na mortalidade comparados aos demais estados, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 02- Quantidade de casos e óbitos em municípios administrados por mulheres

Estados	Casos Covid -19 /1° mês	Casos Covid-19 /2° mês	Óbitos Covid-19 /1° mês	Óbitos Covid- 19 /2° mês
AL	0	82	0	6
BA	74	490	3	17
CE	25	755	2	35
MA	12	995	0	22
PB	0	142	0	3

¹² Até o momento do desenvolvimento do artigo não há pesquisas científicas que direcionem ao contrário.

¹³ Disponível na plataforma: <https://www.comitecientifico-ne.com.br/> Acesso em: 27 de abril de 2020.

¹⁴ O STF no dia 08 de abril deliberou a favor dos estados. Significando que estes poderiam decidir sobre as restrições sem o aval da União.

PE	25	492	4	61
PI	3	139	0	2
RN	107	760	12	50
SE	1	37	0	3
Total	247	3892	21	199

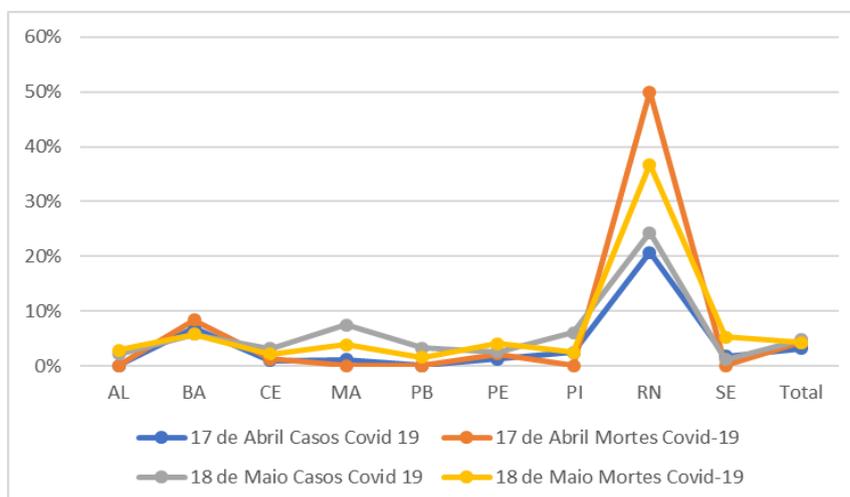
Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Elaborado pelos autores, 2020.

Contudo, quando analisamos a representação desses municípios sobre o total dos estados percebemos o destaque do Rio Grande do Norte, que mesmo possuindo a maior quantidade de municípios gerenciados por mulheres, não irá chamar atenção para o maior número de casos, e sim para o número de óbitos. É importante destacar que é o único estado administrado por uma mulher no país.

Quando verificamos a totalidade de casos e mortes, somando o total dos municípios que tem mulheres como gestoras, percebemos o quão significativo é o RN com 107 casos e 12 óbitos para o primeiro mês e 760 casos e 50 óbitos no segundo. Mesmo não sendo o estado mais notificado da região possui números altos.

A interiorização das notificações no RN vem chamando atenção, inclusive noticiado pela mídia nacional (MADEIRO, 2020), cuja matéria evidencia que a letalidade do interior - dados referentes a 28 de abril -, seria 465% maior que a capital. Um olhar mais atento, os dados revelam que estão praticamente concentrados na segunda cidade mais populosa do estado, Mossoró onde foi registrado a primeira morte pela Covid-19.

Gráfico 04 - Representação de casos e óbitos por Covid-19 sobre a totalidade por estado



Fonte: Ministério da Saúde, 2020. Elaborado pelos autores, 2020.

A cidade em questão é a mais notificada também entre todos os municípios gerenciados por mulheres na região. Inferindo que as respostas à crise são múltiplas devido as próprias condições socioeconômicas e espaciais de cada localidade, pode-se afirmar que os gestores que, independentes do gênero, retardaram muitas as orientações preocupados com os reflexos econômicos, acabaram amargando casos e óbitos.

Pensar a política de saúde ultrapassa o aspecto patológico e adentra nos aspectos do ambiente físico, sociocultural e político de um território. O enfrentamento da pandemia é complexo e vem exigindo novas alianças e consensos, buscando garantir o “aprendizado compartilhado” com outras localidades e entes federativos, como já dito anteriormente.

A construção de “ambientes sociais e físicos comprometidos com a saúde hoje está correlacionada com outros aspectos da vida social e econômica, e lidar com esses dilemas fazem com que os resultados sejam heterogêneos. A pandemia surge em um ambiente já tensionado em termos de recursos, principalmente em virtude do teto dos gastos públicos¹⁵.

Estima-se que a saúde deixou de receber o equivalente a R\$ 20 bilhões, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, em virtude da chamada PEC “fim do mundo”¹⁶. O que certamente agravou a saúde pública, inserindo como elemento para atual crise, a recessão econômica, desemprego, a falta de planejamento e execução nas políticas públicas de forma geral. Ou seja, são resultados de ações políticas com as quais sentenciamos o país e que nesse momento de crise é potencializado independentemente de onde, quando e quem estamos analisando.

Mesmo o Instituto Alziras (2018) apontando que 85% das prioridades das gestoras estão em direcionar suas agendas para saúde e educação, elas não estão imunes a esse cenário de desaparecimento dos serviços públicos e ao ambiente político em questão, como sinalizam alguns autores:

No Brasil, alguns partidos têm um discurso que privilegia o social, e nisto saúde e educação são as principais retóricas das plataformas eleitorais, mas quando assumem o executivo não conseguem colocar estes lugares no centro da política. Por que? Uma das explicações levantada no seminário é de que a competência maior para estes temas ainda é das mulheres

¹⁵ EC 15/2016, a limitação dos gastos públicos vale por 20 anos .

¹⁶ Referência à PEC 241.

política e que estas, quando chamadas a exercer secretarias e postos-chaves em campos como saúde, cultura e educação são, via de regra, relegadas a uma posição desvalorizada no interior do próprio partido e/ou da coligação que está no poder” (GROSSI&MIGUEL, 2001. p, 194).

Prova disso, é a cidade de Mossoró, que tem como gestora a médica Rosalba Ciarlini (PP). Localizada entre o Rio Grande do Norte e Ceará, esse último epicentro do Nordeste, contribuiu para os dados significativos no município. A cidade já tem para dados datados para a pesquisa ¹⁷ o comprometimento de 70% dos bairros. Com 174 casos e 14 óbitos na primeira contagem e 538 casos e 27 óbitos para segunda. A prefeitura de Mossoró que através do Decreto 5.631 de 23 de março de 2020 determinou a suspensão de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços não essenciais durante o período de pandemia, 5 dias depois do decreto do governo do estado, no entanto do Decreto 5.662, 23 de abril, alterou o anterior, flexibilizando alguns comércios e serviços, mesmo a cidade estando com limitações de UTI para Covid-19 no maior hospital público - Tarcício Maia. Determinações mais recentes tornaram obrigatório o uso de máscara de proteção nas ruas e transportes da cidade. Porém a relutância em seguir o distanciamento social e o fluxo intermunicipal, reconhecido como problemática pela subcoordenadora de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde Pública do Rio Grande do Norte, Alessandra Lucchesi.

É importante destacar que o papel do poder público não é gerar pânico. Na verdade, se canalizar para esse sentido a tendência é potencializar ainda mais os riscos. Porém medidas que gerem confiança, principalmente naqueles que têm a tarefa de direcionar as ações e responder de forma apropriada é o esperado independentemente de quem estar no gerenciamento da crise. Na verdade, todos são convidados a repensar as prioridades e pensar caminhos. Os efeitos de gênero podem ser abalados pela base de apoio político da gestora em questão, ainda mais sobre um assunto que requer um compartilhamento de posições devido suas implicações.

Considerações finais

Temos noção que propor análises sobre Covid-19 é precipitado principalmente devido aos acontecimentos estarem em pleno desenvolvimento.

¹⁷ Dados coletados para o dia 30 de maio de 2020.

Contudo, temos a intenção de continuar o trabalho, pós-pandemia, abordando novas análises.

Podemos frisar aqui que o grau de instabilidade em que a proliferação da Covid-19, a nível mundial: “deixou o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre”. (HARVEY, 2020). Embora também haja outros fatores sociais e econômicos que favoreçam ou não as localidades no enfrentamento à pandemia.

Por isso este artigo demarcou as territorialidades, no sentido de compreender que a pandemia parece ser melhor respondida por localidades que preservaram um nível mínimo de serviços públicos de caráter universal. Melhor dizendo, a ação dos estados em respostas às demandas da população determina o sucesso no combate ao coronavírus, na maioria das situações. Quando atreladas: sociedade, poder público e iniciativa privada, mostram nas experiências que ações coletivas obtém mais sucesso. Considerando a diversidade política econômica, cultural e tecnológica que existe nos estados, o combate à Covid-19 deixará um legado menos traumático aos projetos que lograram em incluir pactos sociais. É, em sua substância um pacto coletivo, cujos efeitos não serão sentidos hoje ou amanhã, mas se tratando da Covid-19 nas próximas semanas.

Acreditamos que com o aumento do número de mulheres chefiando o executivo municipal, pode aumentar a proporção de municípios que tenha um olhar diferenciado de fato para algumas áreas. Porém, temos noção da importância em compreender dois processos: uma pandemia possui elementos muito particulares e defender a inclusão de mais mulheres na política como uma questão de justiça, não por disposições que são inatas a elas.

Falar de gestão de mulheres é antes de tudo falar de gestão de competências. A mulher que adentra na disputa política sabe que precisa ser hiperqualificada, de modo que deve-se refutar a representação de que uma mulher governe amparada somente por aqueles construídos culturalmente, dela também pode ser esperado gerenciamento racional das suas agendas de governo.

Deve ser buscado outros fatores explicativos para o nosso objeto, pois a partir da nossa pesquisa, chegamos à conclusão de que é uma linha muito tênue, pouco nítida do verdadeiro impacto das mulheres gestoras e a Covid-19.

No momento em que se finaliza este texto, ainda não conseguimos datar

quando vamos sair da crise sanitária, política e econômica. Os dados oficiais (OMS, 2020) apontam que a América do Sul se tornou o epicentro da pandemia e o Brasil aparece como um dos países mais afetados, sendo o 4º país com o maior número absoluto de vítimas pela doença em todo o mundo¹⁸. O futuro é incerto. Provavelmente teremos uma oportunidade de redescobrirmos novas potencialidades de estudos e entre elas uma busca sobre a resiliência e gerenciamento das mulheres perante a crise.

Ao final dessa pesquisa, tendo noção de até onde poderíamos chegar em um trabalho com esse tamanho e tempo dedicado, que nossa contribuição pôde ser bem maior sobre a participação política das mulheres do que descrições do que é saúde pública e as funções de cada ente, de métodos avaliativos e cálculos sofisticados.

Sabe-se que a ciência não é construída somente pela comprovação de hipóteses, apesar de isso ser superestimado pela academia. As refutações constroem o saber científico, quando chegamos à negação daquilo que acreditávamos, estamos contribuindo também para o saber científico, pois se no senso comum ligam as mulheres às profissões de cuidado e na política ligam-na a área social, verificamos que estas estão vivenciando as imprevisibilidades da pandemia como qualquer outro gestor. Talvez trabalhos futuros possam sinalizar que mulheres líderes em momentos de crise consigam melhor gerenciamento destas por variáveis que no momento não possuímos em mãos.

Referências

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. Mulheres na Política Partidária: alguns *ethos* de atuação de prefeitas da Paraíba. Dossiê Oligarquias do Nordeste. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses**, Curitiba, v. 5, n. 2, dez. 2019 *Brasil*

ALZIRAS, Instituto. Perfil das prefeitas no Brasil: mandato 2017-2020 [recurso eletrônico] / [org. Instituto Alziras]. — Rio de Janeiro. Instituto Alziras. 2018. Dados eletrônicos (pdf).

BRASIL. **Lei 9.504/97**, de 30 de setembro de 1997. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em:

¹⁸ Dados para 30 de maio de 2020.

03.Maio.2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Localiza SUS**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://covid-insumos.saude.gov.br/paineis/insumos/painel_leitos.php>. Acesso em: 30. Maio. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em: 30. Maio. 2020.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. **What Happens When a Woman Wins a Close Election? Evidence from Brazil**. FGV, 2012. Disponível em: <<https://epge.fgv.br/sites/default/files/fernanda-brollo-what-happens-when-a-woman-wins-a-close-election.pdf>>. Acessado em: 27 de abril. 2020.

BROLLO, Fernanda; TROIANO, Ugo. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.

CARVALHO, Daniela D; YASUDA, Thais Guedes. **A sub-representação feminina na política brasileira em face das inovações democráticas legislativas**. VirtuaJus - Belo Horizonte, v.13 - n.1, p.363-383- 1º sem. 2017.

COX, Avivah Wittenberg. **Mulheres são o diferencial dos países com as melhores respostas ao coronavírus**. Forbes. Brasil. 15 de abril de 2020. Disponível em <<https://forbes.com.br/colunas/2020/04/mulheres-na-lideranca-sao-o-diferencial-dos-paises-com-as-melhores-respostas-ao-coronavirus/>>. Acesso em: 03.Maio.2020.

DAHLERUP, Drude & FREIDENVALL, Lenita. Electoral Gender Quota Systems and their implementation in Europe. **Policy & Politics** vol 38 no 3• 407-25. 2010.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de coronavírus**. Jacobin Brasil.2020. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2020/03/politica-anticapitalista-em-tempos-de-coronavirus/>> . Acessado em: 25 .abril. 2020.

LIMA, Bruna; CARDIM, Maria Eduarda. **Covid-19: Municípios afetados duplicam e pandemia avança no interior**. Correio Braziliense. Brasília, 22 de maio de 2020. Disponível em:

<<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/22/interna-brasil,857284/covid-19-municipios-afetados-duplicam-e-pandemia-avanca-no-interior.shtml>>. Acesso em: 07. Maio. 2020.

LIMA, Bruna; CARDIM, Maria Eduarda. **Em dois meses, o número de municípios com casos de covid-19 cresceu 1.225%**. Correio Braziliense. Brasília, 31 de maio de 2020. Disponível em:

<<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/05/31/interna-brasil,859707/em-dois-meses-o-numero-de-municipios-com-casos-de-covid-19-cresceu-1.shtml>>. Acesso em: 30. Maio. 2020a.

MADEIRO, Carlos. **Coronavírus: Covid-19 devasta interior do RN com letalidade 464% maior fora da capital**. UOL, São Paulo, 27 de abril de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/27/covid-19-devasta-interior-do-rn-com-letalidade-464-maior-fora-da-capital.htm>>. Acesso em: 30. Maio. 2020b.

MELLO-THÉRY, Neli Ap. de. & THÉRY, Hervé. A geopolítica do COVID-19. Espaço e Economia: **Revista brasileira de geografia econômica**. Ano IX, número 17, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**/ Luis Felipe Miguel. - 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363, 2006.

MONTEIRO, José Marciano. **A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na Paraíba (1985-2015)**. / José Marciano Monteiro. Campina Grande - PB, 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.

NOVELLINO Maria Salet. F. & TOLEDO, Maria Luíza G. As mulheres no campo político: uma análise das candidaturas femininas às prefeituras brasileiras (2000-2016). In: **Inc.Soc., Brasília**. DF, v.11 n.2, p.67-79, jan./jun. 2018.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.

O GLOBO. **Finlândia vai começar a reabrir escolas e creches a partir de 14 de maio**. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/finlandia-vai-comecar-reabrir-escolas-creches-partir-de-14-de-maio-1-24401772>> Acesso em: 30. Maio. 2020.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é SUS**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015. Disponível: <<http://www.livrosinterativoseditora.fiocruz.br/sus/4/>> . Acessado em: 15

.maio.2020.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, democracia paritária e Inclusão Política das Mulheres. **Gênero na Amazônia**. Belém, n.4, julho, 2013. Disponível em: <<http://generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-1-jussara-para.pdf>>. Acessado em: 19.abril.2020.

SACCHET, Teresa. Democracia pela Metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. **Cadernos ADENAUER**, 2(2), pp. 85-109. 2013. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/10388-1442-5-30.pdf>>. Acessado em: 15.abril.2020.

SPOHR, Alexandre Piffero et al. Participação Política de Mulheres na América Latina: o impacto de cotas e de lista fechada. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 417-441, 2016.

UCHOA, Pablo. **Coronavírus: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia?** BBC Brasil. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>>. Acessado em: 25.abril.2020.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 01.abril.2020.